



## **A EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS É UM CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO?**

Simone Ferreira Gomes Alkmim

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES  
simone.social10@gmail.com

Roberta Cardoso Silva

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES  
roberta.silva07@yahoo.com.br

Alana Mendes da Silva

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES  
[alanameendes@bol.com.br](mailto:alanameendes@bol.com.br)

### **Resumo**

O presente trabalho pretende analisar a oferta do ensino superior público no Brasil, bem como as dificuldades para torná-lo acessível a todos, como bem público e direito coletivo, uma vez que, desde o processo de colonização, a formação superior é tida como privilégio. Esse estudo se pauta na discussão das influências da globalização neoliberal e dos organismos internacionais, a partir dos anos 1980, na promoção do acesso ao ensino superior, sob o discurso da diversificação da oferta e da concorrência, enquadrando a educação superior como “serviço”. Somado a isso, o papel do Estado no enfrentamento desta política educacional é identificado, especialmente, com medidas adotadas nos governos FHC e Lula. Nessa perspectiva, identificam-se mudanças na oferta do ensino superior com a crescente expansão das Instituições de Ensino Superior privadas – IES. Com isso, a discussão se concentra na tentativa de compreender se a referida expansão e a consequente oferta de mais vagas no ensino superior promovem um maior ingresso de indivíduos no ensino superior, logrando a democratização do acesso.

Palavras Chave: Ensino superior, democratização, acesso.





## I – Introdução

A sociedade brasileira ainda preserva marcas históricas do processo de colonização, em que a Coroa portuguesa governava o Brasil colônia de forma centralizadora e autoritária. Nesse contexto, os colonizadores tratavam o território brasileiro como um mero fornecedor de recursos naturais, fazendo da apropriação da coisa pública uma prática constante. Conforme o pensamento de Faoro (1977), a colônia brasileira também era considerada pela coroa como uma fonte de riqueza e de lucro, com a “produção” voltada para o mercado externo, sem nenhum respeito para com a mão-de-obra da referida colônia.

Raymundo Faoro (1977), Sergio Buarque de Holanda (1978), José Murilo de Carvalho (2008) e tantos outros intérpretes da sociedade brasileira apontam e descrevem características do Brasil colônia, como o patrimonialismo<sup>1</sup>, que contribuíram para a formação da sociedade pátria, com seus vícios e virtudes. Desse processo de formação, derivam também as desigualdades ainda presentes no meio social brasileiro, todavia, a desigualdade, como uma dimensão complexa, não se restringe apenas à herança histórica, mas é retroalimentada por inúmeros fatores e determinantes que compõem a sociedade atual.

Pode-se considerar os fatores de natureza cultural, especialmente os do campo da educação, como alguns dos principais determinantes que, a médio e longo prazo, contribuem ou não para a perpetuação das desigualdades na sociedade brasileira. Nesse sentido, tal fato se torna ainda mais acentuado quando se trata da educação superior, pois constitui um direito ainda pouco acessível à coletividade, cuja contribuição ao desenvolvimento de habilidades e competências é fundamental, não só para a ocupação de determinados ofícios pelos indivíduos, mas também às suas relações de poder para com a sociedade.

O ensino superior expressa e pode reproduzir as marcas de uma sociedade desigual, visto que, conforme dados do Ministério da Educação - MEC/INEP, referentes a 2011 e apresentados no documento Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013), apenas 14,9% dos jovens entre 18 e 24 anos ingressaram no ensino superior. Do total das matrículas (6.739.689), 26% foram efetuadas nas IES públicas (1.773.31) e 74%, nas IES privadas (4.966.374).

Conforme o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2014), entre os 25% mais ricos da população de 18 a 24 anos, 38,4% cursam a Educação Superior. Em contrapartida, entre os 25% mais pobres, apenas 4,1% tem a mesma possibilidade. Do mesmo modo, se 22,4% dos brancos

---

1 De acordo com Faoro (1977) patrimonialismo consiste em uma forma de administração fundada na dominação decorrente de laços tradicionais, com centralização de poder e a uma relação de obediência que é estabelecida com base no direito consuetudinário (costume). A dominação assim constituída é com base em um direito pessoal, ou seja, obedece a um líder, porque sempre foi assim. Além disso, nesse tipo de relação tende-se a estabelecer uma confusão entre os bens públicos e bens privados de quem ocupa o poder.



## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

dessa faixa etária estão matriculados na Educação Superior, o mesmo ocorre somente para 8% dos pretos.

Diante disso, o estudo sobre o processo de democratização do ensino superior no Brasil faz-se pertinente para demonstrar as desigualdades que ainda imperam nesse país, a considerar também a relevância da oferta de mão de obra qualificada para o mundo do trabalho e a edificação de uma sociedade.

### II - Um pouco da nossa história

Registra-se que a Coroa portuguesa, durante o período colonial, teve resistência em estabelecer um sistema de ensino no Brasil colônia. Quanto ao ensino superior, durante os quatrocentos anos em que o Brasil esteve ligado direta ou indiretamente a Portugal, foram consideravelmente tímidos os esforços para instituí-lo. Para graduarem-se, os estudantes da elite colonial portuguesa, considerados portugueses nascidos no Brasil, deslocavam-se até a metrópole (Oliven, 2002).

Todavia, durante o século XIX, algumas ações pontuais foram realizadas, como a criação de cursos específicos, especialmente na área de Medicina e Direito, o que proporcionava o acesso da elite brasileira ao título de bacharel, mas também influenciava o pensamento da sociedade na época (Fávero, 2006). Oliven (2002), por seu turno, ressalta que as primeiras faculdades brasileiras eram independentes entre si e seguiam uma orientação profissional e elitista.

Assim sendo, o ensino superior no Brasil do século XIX se limitou a institutos isolados, com características marcadamente profissionalizantes e tutelados pelo Estado (Saviani, 2007). Em 1889, proclamou-se a República, com a imediata promulgação da primeira constituição do Brasil em 1891, contudo, nem este ato normativo deu luz a algum compromisso por parte do Estado para com o ensino superior no país.

Michelotto (2006) registra nas primeiras décadas do século XX, como instituições livres, a criação da “Universidade” de Manaus em 1909, a “Universidade” de São Paulo em 1911 e a “Universidade” do Paraná em 1912. Ainda assim, Fávero (2006) aponta que a primeira Universidade oficial foi criada em 7 de setembro de 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, por meio do decreto oficial Nº 14.343, do presidente Epitácio Pessoa.

Todavia, conforme a moderna concepção de Universidade, com a presença da indissociabilidade do tripé – ensino, pesquisa e extensão – é no século XX, precisamente na década de 30, que a Universidade teve seu nascimento, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), por meio do Decreto Estadual Nº 6.283.





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

O processo de industrialização no Brasil, aliado ao fortalecimento da burguesia industrial e ao processo de urbanização, paulatinamente, demandaram a criação de mais universidades. Após surgimento da USP, outros movimentos para a criação de Universidades se estenderam pelas esferas federal, estadual e municipal, assim como por aquelas do setor privado, de natureza confessional, comunitária e filantrópica, e também as de cunho comercial. A partir de 1940, o governo brasileiro iniciou o processo de criação das universidades federais nos diferentes estados ao longo do país. Nessa década, quatro novas Instituições de Ensino Superior – IES foram criadas; na década de 50, seis; nos anos 60, dezenove; nos anos 70, quatro; nos anos 80, três e, na década de 90, duas (Nierotka; Trevisol, 2014).

Segundo Bittar (2003), durante a década de 90, ocorreu um relevante crescimento do número de Instituições de Ensino Superior - IES protagonizado pelo setor privado. Em 1998, de um total de 973 instituições, 78% delas era da rede privada. Com relação às IES públicas, entre 1980 e 1998, apenas as estaduais tiveram um crescimento, ao passo que o número de federais praticamente manteve-se estável, enquanto as municipais diminuíram. No período entre 1988 a 1998, o crescimento do número de matrículas foi de 41,4%. Do total das matrículas, o setor privado detinha, em 1998, aproximadamente 60%. Ao longo dos anos, percebe-se uma rápida e contínua expansão das matrículas nas IES privadas.

### III – Expansão do ensino superior privado X Democratização do acesso

No século XX, a partir dos anos 80, emerge nos países democráticos uma tendência global de desenvolvimento econômico conhecido como neoliberalismo ou globalização neoliberal. Tal modelo, conforme expõe Santos (2004), além de ditar uma série de medidas no plano econômico de cada país, interferiu também na forma como o Estado enfrenta as questões sociais, isto é, houve desde então uma perda de prioridade das políticas sociais – educação, saúde, previdência, dentre outras medidas de proteção social. Além disso, de forma geral, verificou-se certa negligência, assim como o desinvestimento no bem público, a exemplo das próprias universidades.

Ainda assim, de acordo com Lima (2002), desde os anos iniciais do nacional-desenvolvimentismo, com a Comissão Econômica para a América Latina - Cepal, havia interferência dos organismos internacionais na definição da política educacional brasileira. A partir dos anos 90, essa interferência se intensificou pela ação do Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – BM, Organização Mundial do Comércio – OMC e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco.

Havia um ponto de convergência entre tais órgãos – a concepção de que a educação é a



## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

mola propulsora do desenvolvimento/crescimento econômico, assim, ela deveria ser ofertada por vários atores, especialmente no tocante ao nível de ensino superior.

Esse processo torna-se expresso na educação superior, na medida em que o discurso dos organismos internacionais ressalta que a este nível de ensino é destinado um montante de verbas públicas maior do que para a educação básica (Lima, 2002:46).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que se iniciou o processo de perda da concepção de direito quanto ao acesso ao ensino superior, bem como sua transformação em serviço e/ou mercadoria. Diante disso, houve uma ampliação do setor privado na área, com o respectivo crescimento de mercado, concomitantemente ao aprofundamento da crise financeira das universidades públicas. Assim sendo, Santos (2004) afirma que, nesse contexto, a universidade pública ingressou em três crises: “institucional, de hegemonia e a de legitimidade”.

Diante desse cenário, Santos (2004) identifica ainda duas fases que compõem o referido processo de privatização, a primeira, que vai do início da década de 1980 até meados da década de 1990, caracteriza-se pela expansão do mercado nacional universitário. Da segunda fase, por sua vez, emerge o mercado transnacional<sup>2</sup> da educação superior e universitária, posto como “solução global dos problemas da educação por parte do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio – OMC”. A transnacionalização da educação superior fundamenta-se no discurso da concorrência, ou seja, quanto mais setores ofertarem a educação superior, melhor será a qualidade do “serviço”.

No mesmo processo, com a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical. A eliminação da gratuidade do ensino universitário e a substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos da transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores. Tudo isto em nome da ideologia da educação centrada no indivíduo e da autonomia individual (Santos, 2004:25).

A transnacionalização está diretamente relacionada ao caráter mercantil do ensino superior, assim como ao processo de desinvestimento do Estado na universidade pública. Nesse sentido, sistematiza-se uma rede do capitalismo educacional, em que a educação superior e a universidade são transformadas em mercadorias. Além disso, Santos (2004:19) traz à luz dois níveis da tendência supramencionada, o primeiro refere-se à associação da universidade pública com o capital, ou seja, esta passa a realizar parcerias com empresas privadas com o intuito de receber patrocínios,

<sup>2</sup> A transnacionalização do mercado de serviços universitários está no centro do projeto neoliberal para as universidades e se articula a redução do financiamento público; a desregulação das trocas comerciais em geral; a defesa e/ou imposição da solução mercantil pelas agências financeiras multilaterais; e a revolução nas tecnologias de informação e comunicação (Santos, 2004).







## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

na tentativa de gerar receitas próprias. O segundo nível está relacionado à questão ideológica, na tentativa de eliminação das diferenças entre a universidade pública e a universidade privada, “transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesmo como mercado [...]” (Santos, 2004:19).

Desde 2000, a transnacionalização neoliberal da universidade ocorre sob a égide da Organização Mundial do Comércio no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). A educação é um dos doze serviços abrangidos por este acordo e o objetivo deste é promover a liberalização do comércio de serviços através da eliminação, progressiva e sistemática, das barreiras comerciais (Santos, 2004:32).

O referido acordo dentro da OMC evidenciou uma das maiores fragilidades da área da educação na maioria dos países ainda considerados não desenvolvidos. Além disso, abriu uma discussão que envolve políticos, universitários e empresários, permitindo a divisão do público entre adeptos e críticos. E os adeptos dessa corrente acreditam que a transnacionalização seria a solução, um meio de melhor combinar ganhos econômicos e promover maior acesso à universidade.

Paralelo a isso, e na mesma direção de pensamento, Lima (2002) caracteriza esse processo de privatização em dois momentos:

a) expansão de instituições privadas através da liberalização dos serviços educacionais; b) o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, do corte de vagas para contratação dos trabalhadores em educação e do corte de verbas para a infra-estrutura das instituições entre outros mecanismos (Lima, 2002:47).

Nessa perspectiva, os interesses dos organismos internacionais se instalavam e se faziam valer, pois havia o interesse da promoção do crescimento econômico, pela via do abastecimento do sistema produtivo, com o aumento da oferta de mão de obra qualificada. A concepção de educação predominante nesse cenário era de um meio de preparar trabalhadores para o mercado, partilhando da visão ideológica de mundo empresarial (Lima, 2002).

Logo, a formação deveria ser ministrada por vários setores e o Estado deveria se tornar um facilitador para a implantação das diretrizes privatizantes da educação superior. Afinal, no entendimento do próprio Banco Mundial, a democratização deste nível de ensino só poderia ser atingida com um processo crescente de privatização do mesmo.

Segundo Gomes (2008), no Brasil, durante o período do Governo de FHC, houve uma adesão ao processo de privatização do ensino superior, à medida que o governo cumpria com a função de não investimento nas universidades públicas e adotava a “política procrustiana<sup>3</sup>”, qual

<sup>3</sup> A figura mitológica “Procrusto” ficou conhecida por amputar o excesso de comprimento dos membros de seus hóspedes, quando excediam ao tamanho da cama, ou por promover o esticamento dos mesmos até atingir o com-



## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

seja:

O corte, consciente, estratégico e sistemático, por parte da alta cúpula do governo FHC e do ministro da educação, de recursos programáticos financeiros nas universidades federais e, por outro lado, a pressão para que fosse realizada a expansão (o estiramento) e a diversificação das demandas e, conseqüentemente, da carga de atividades e trabalho docentes, acompanhadas de iniciativas que buscavam redefinir a potência e os mecanismos de controle e de coordenação das agências estatais em relação às IES, por meio da imposição dos mecanismos de mercado (Gomes, 2008: 26).

Nesse sentido, percebe-se que, no referido governo, o cunho neoliberal na forma de gerir as políticas públicas predominava, operando na relação dicotômica entre público-privado. Nesse viés, Gomes (2008:26) afirma que o objetivo era – “enquadrar e modelar a educação superior ao formato combinado da expansão privada com a dilapidação da universidade público-estatal”.

Convém salientar que a era “procrustiana”, como aponta Gomes (2008), gerou um significativo aumento das IES privadas, que passaram de 684 em 1995 para 1.442 em 2002, o que representou uma expansão no período de 52%. Com isso, o volume de matrículas nestas IES passou de 1.059,163 para 2.750,652, com um crescimento de 61,5% no período do governo FHC.

Por ora, é mister expor que, com base em diagnósticos oficiais da “realidade” da educação superior, não existiram diferenças significativas entre o governo FHC e o governo Lula, uma vez que, ambos reconheciam basicamente os mesmos grandes problemas da educação superior: baixo volume de matrícula, baixa relação professor/aluno, cursos de graduação de baixa qualidade, necessidade de estabelecer nova regulamentação para a autonomia universitária, particularmente sobre a dimensão financeira das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Quanto aos pontos divergentes, condensaram-se nas formas de enfrentamento dos problemas da educação superior, no governo FHC, a política adotada foi de cunho “neoliberal-conservador”, ao passo que, no governo Lula, denomina-se “neoliberal-popular”, pois manteve parte das características do governo anterior, como a competitividade, a forte atuação do mecanismo de mercado, mas distingue-se daquele modelo por garantir a intervenção do Estado na política de educação superior, através do financiamento por meio da isenção fiscal das IES privadas com o então Programa “Universidade para todos” - PROUNI, cujo objetivo era a inclusão das camadas populares ou de baixa renda (Gomes, 2008).

A intervenção do Estado que ganhou destaque, durante o governo do presidente Lula, foi o referido programa social: PROUNI – Programa “Universidade para todos”, cuja própria primazia suficiente quando os membros eram menores à cama. A referida figura guarda relação com o governo FHC por este ter promovido políticas de corte de recursos, de congelamento salarial, de não recomposição do quadro de pessoal das Instituições federais de ensino superior – IFES, ao mesmo tempo que determinava a expansão do volume de matrículas, melhoria dos indicadores de eficiência, incremento dos níveis de produtividade sobrecarregando o trabalho docente (Gomes, 2008).





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

denominação permite inferir que o acesso à universidade tem sido para poucos. Esse programa busca promover o ingresso de estudantes de baixa renda no ensino superior privado, por meio da concessão de isenção fiscal a estas instituições. Com o PROUNI, “o governo Lula procura produzir uma nova matriz discursiva para re-significar a ampliação do acesso e a expansão da educação superior mediante a tematização da democratização do acesso e da justiça social” (Gomes, 2008: 30).

Ainda assim, deve-se registrar que o governo Lula também dirigiu esforços para a esfera pública, a exemplo da política de cotas, da criação de novas universidades, da interiorização da educação superior pública, através da criação de campus universitários em cidades do interior, e na elaboração da proposta do REUNI<sup>4</sup> – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Gomes, 2008).

Entretanto, percebe-se que os maiores esforços concentraram-se em torno do PROUNI, justamente em uma política associada à ampliação da privatização e da mercantilização do ensino superior, mas com uma nova roupagem, alimentada pela ação do Estado. Com isso, a política de democratização torna-se visível por permitir que parte da população de baixa renda se sinta contemplada com o ingresso no ensino superior.

Nessa premissa, registra-se que o crescimento das IES privadas no governo Lula foi de 14,6%, passando de 1.652 em 2003 para 1.934 em 2005. Quanto às matrículas no setor privado, passaram de 2.750,652 em 2003 para 2.985,405 em 2004, um crescimento da ordem de 7,9%. A média anual de crescimento das matrículas do setor privado, entre os anos de 1995 a 2004, portanto, antes do PROUNI, foi de aproximadamente 6,9%, enquanto a média anual de crescimento de IES privadas no mesmo período foi de 6,0% (Gomes, 2008).

Deve-se destacar que o governo Lula não deixou de atender, com o PROUNI, um antigo desejo dos movimentos privatistas no Brasil, qual seja, ter recursos regulares e sistemáticos, provenientes do fundo público, mesmo que por meio de isenção fiscal, para re-equilibrar as contas e manter níveis razoáveis de segurança financeira, por um bom tempo (Gomes, 2008:35).

Por conseguinte, identifica-se um processo de perda do espaço das universidades públicas na esfera pública, além de um processo de dismantelamento dos direitos sociais, no caso específico da educação superior, enquanto direito do cidadão e dever a ser garantido pelo Estado.

Embora a condição de garantia de direito no Brasil seja recente, tendo a Constituição Federal sido promulgada em 1988, o processo de instalação da globalização neoliberal ocorreu de forma paralela, com ideais por vezes distintos dos princípios constitucionais ou, com estes,

4 Segundo o decreto que institui o REUNI este tem como objetivo geral criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007, art.1º, §1º).





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

conflitantes. Sobretudo no que se refere aos direitos sociais, tais conflitos tendem a provocar certa instabilidade quanto à percepção de sua garantia, bem como no sentimento pessoal de sujeito de direitos por parte do cidadão.

Vale ressaltar ainda que, para a plena vigência e ampla eficácia dos direitos resguardados pela Constituição Federal, são necessárias outras normas e atos regulatórios a exemplo das leis e dos decretos específicos, como a Lei Orgânica da Saúde, e a Lei Orgânica da Previdência Social, e, no caso em estudo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Entretanto, é inquestionável o dever do Estado enquanto provedor dos direitos sociais, e enquanto responsável pela oferta de educação em todos os seus níveis, conforme solidificado em preceito constitucional específico.

Art. 205- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (C. F. 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB N° 9.394 de 1996, também segue os mesmos princípios constitucionais e, assim como a Constituição Federal, admite que o ensino superior também possa ser ofertado por instituições privadas: “Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização.” (LDB, 1996)

A questão é que, da década de 90 até o ano de 2011, houve um protagonismo do setor privado na oferta do ensino superior. Com base nos dados do Censo de Educação superior do ano de 1991 até 2001, nota-se que houve uma diminuição no número de instituições públicas: de 222 para 183, com uma queda da ordem de 17,6%. Já na década seguinte, entre 2001 e 2011, verificou-se um aumento de 183 para 284 IES públicas, o equivalente a expressivos 55,2% de crescimento. Entretanto, ao analisar o crescimento do quantitativo de matrículas, percebe-se que, de 2009 a 2010, houve um aumento de 11,8% no número de matrículas nas IFES, em contrapartida, nas IES privadas, o crescimento representou quase o dobro desse valor (Soares, 2013).

Diante desse considerável crescimento do número de matrículas no ensino superior privado, convém refletir que, em razão de um crescimento acelerado, o ensino nesse setor tem sido, na maioria dos casos, ofertado de forma não satisfatória ou mesmo de modo precário, posto





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

que, de acordo com o censo da educação superior de 2011, as IES brasileiras são essencialmente não universitárias. Nesse contexto, de um total de 2.365 instituições, somente 190 (8%) são, no sentido estrito do termo, universidades, tal qual definidas pela Constituição Federal, conforme art. 207, isto é, instituições de ensino, pesquisa e extensão, que gozam de autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira (Soares, 2013).

Segundo Ristoff (2008), a expansão da oferta de vagas no ensino superior não pode ser confundida com democratização do acesso, haja vista que, em 2004, as instituições privadas representavam 90% do total de instituições; 65% do total dos cursos e 70% do total das matrículas da educação superior. Todavia, para o referido autor, a confusão entre o processo de democratização do acesso e a expansão da privatização é passível de acontecer, uma vez que os dois processos se desencadearam devido à histórica dificuldade de acesso às universidades públicas no Brasil.

Alguns dados revelam as desigualdades no ensino superior brasileiro, tais como o baixíssimo percentual de ingressos de mais pobres em cursos reconhecidamente mais elitistas, a exemplo de medicina e odontologia. O quesito cor/raça também se aplica a essa realidade, sendo que, dos dez cursos mais brancos, cinco estão na área da saúde – Odontologia, Veterinária, Farmácia, Psicologia e Medicina – todos com mais de 77% de representação de brancos, embora estes representem apenas 52% da população. Quanto ao grupo dos estudantes oriundos das escolas públicas, historicamente sub-representado, tanto na educação superior pública, quanto na educação privada, corresponde a 43% dos ingressos nas IFES e nas IES privadas, isto é, um percentual inferior à metade daquele encontrado no ensino médio, de 87% (Ristoff, 2008).

Entretanto, é preciso esclarecer que privatizar um direito não o torna mais acessível e viável, nem mesmo através de financiamentos para o seu custeio, enquanto forma de serviço. Há nisso um exercício com o objetivo de obter nada menos que lucratividade, além da tentativa de falsear uma realidade de acesso a um direito que nesse viés se materializa em uma mercadoria.

Além disso, Ristoff (2008) aponta uma característica que acaba por comprometer a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil – o desequilíbrio regional referente à distribuição das IES pelo país, em que há uma “Sudestificação” da educação superior, já que os quatro estados da região sudeste representam cerca de metade das IES, dos cursos e das matrículas do Brasil, embora essa predominância venha reduzindo desde 1996.

Ristoff (2008) aponta ainda outro dado lastimável no Brasil referente ao ano de 2004, em que apenas 10,4% da população de 18 a 24 anos estavam matriculados na educação superior, chegando à triste constatação de que se tratava de um dos percentuais mais baixos do mundo.

[...] nos últimos dois anos, pela primeira vez na história do país, tivemos mais vagas na educação superior do que concluintes do ensino médio e que 42% das vagas oferecidas nas instituições de ensino superior (IES) privadas permaneceram



## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

ociosas, fica evidente que, para garantir a migração desejada de cérebros e pessoas para a educação superior, será necessária uma participação maior do poder público. O mercado, por si só, ao contrário do que sonharam alguns, não conseguirá viabilizar esse importante projeto de Estado. [...] O IBGE nos informa, há algum tempo, que entre os estudantes do ensino médio, há milhões deles tão pobres que, mesmo que a educação superior seja pública e gratuita, terão dificuldades de se manterem no campus (Ristoff, 2008: 44).

Segundo Ristoff (2008), para que a democratização do acesso aconteça, não basta apenas expandir o setor privado – “as vagas continuarão ociosas”, assim como não basta aumentar as vagas no setor público – “elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados” – Assim sendo, para o processo de democratização ocorrer, é preciso agir de forma que se rompa com a história de exclusão das universidades públicas, aumentando o número de campus dessas instituições, e não apenas alimentar a lógica da privatização. Além disso, o referido autor aponta a necessidade de expansão do ensino noturno público, a criação de novas universidades públicas, a conversão da dívida dos Estados em investimentos na educação, a criação da Universidade Aberta, a expansão da educação a distância, a criação de bolsas permanência e a retomada das contratações de servidores da área, ressaltando que são alguns passos necessários para o caminho da democratização do acesso ao ensino superior.

É preciso considerar ainda que, além das dificuldades de acesso ao ensino superior, há outras relacionadas à permanência e à continuidade do acadêmico até a conclusão do curso, muitas vezes relacionadas a questões econômicas.

Nessa perspectiva, percebe-se o quanto se deve recuperar a centralidade do ensino público, como também da universidade pública. Conforme Ristoff (2008), há questões culturais que ainda estão impregnadas no imaginário da sociedade e que se colocam como empecilho para a expansão do ensino superior público. Tal fato decorre de uma associação entre ampliação e perda de qualidade do ensino, todavia, na concepção do autor, “[...] preocupar apenas com qualidade, sem pensar em quantidade, significa a preservação de um sistema elitista e excludente” (Ristoff, 2008:45).

De acordo com Santos (2004), na última década, o objetivo da democratização do acesso não foi alcançado. “Na maioria dos países os fatores de discriminação, sejam eles a classe, a raça, sexo ou etnia, continuam a fazer do acesso uma mistura de mérito e privilégio” (Santos, 2004:67). Nesse sentido, fica evidente que o acesso às universidades, especialmente às federais, ainda é difícil, demonstrando que aqueles que tiveram as melhores oportunidades escolares é que conseguem nas ingressar, especialmente nas universidades públicas da esfera federal.





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

### IV – Considerações

Em consonância com os aspectos expostos neste trabalho, percebe-se que, dentre os grandes desafios da educação superior para os próximos anos, apontados até mesmo pela Unesco, encontra-se a necessidade de ir além do aumento do número de vagas para se chegar à efetiva democratização do acesso e da permanência dos estudantes, especialmente os de baixa renda no meio acadêmico. Outro desafio que se apresenta nesse cenário é a promoção do equilíbrio entre o público e o privado, com a busca do crescimento das matrículas públicas em ritmo superior ao crescimento do setor privado. Tratam-se, pois, de desafios lógicos, diante dos números apresentados e da baixa inserção de adultos na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior no país.

Percebe-se o quão complexo é democratizar o acesso ao ensino superior, e o quanto são multifacetados os seus determinantes, o que significa um amplo campo de atuação, principalmente para o Estado, enquanto poder público e garantidor de direitos. Ainda é preciso considerar que as questões culturais, a exemplo do pensamento depreciativo da sociedade sobre a democratização do acesso relacionando-a com perda de qualidade no ensino, bem como a redução das disparidades regionais no Brasil, são questões que, caso sejam alteradas, demonstrarão mudanças a médio e longo prazo.

Conquanto, além do ingresso, é necessário destacar o desafio de assegurar a permanência dos estudantes de baixa renda nas IES, e isso é possível através do fortalecimento de políticas de combate à evasão, como a Assistência Estudantil e o oferecimento de bolsas de estudo, dentre outras medidas, haja vista que a questão da pobreza é um fator, na maioria das vezes, de impedimento até mesmo da visualização e do reconhecimento do direito por parte do cidadão.

A política de cotas também está diretamente relacionada à democratização do acesso, posto que garante maior oportunidade às minorias, como os negros e indígenas que, historicamente, estiveram à margem da sociedade, no que tange especialmente ao acesso aos direitos básicos. Trata-se, pois segundo Gomes (2003), das novas políticas sociais destinadas aos “indivíduos especificados” a fim de tentar promover a igualdade substancial ou material e concretizar a “ação afirmativa”, denominada no direito europeu de “discriminação positiva” ou “ação positiva.”

Seguramente, a isenção fiscal do PROUNI estimulou a expansão das IES privadas, daí decorrendo a diversificação e a ampliação do acesso ao ensino superior, e isso é salutar. Porém, é preciso esclarecer que não deixa de ser contraditório tentar democratizar o acesso ao ensino superior dando ênfase à prática de privatizar um direito. Enfim, vale destacar que o caminho para a democratização do acesso não pode ser uma via de mão única, especialmente quando enaltece o espaço privado. Nesse caso, a recuperação da centralidade do bem público, assim como o investimento nas universidades públicas, têm se mostrado uma via mais segura e democrática.





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

### V - Bibliografia

**ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.** (2014). São Paulo: Moderna. Disponível em [www.moderna.com.br/lumis/portal/file/filedownload.jsp?fileId](http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/filedownload.jsp?fileId). Acesso em: 01 jul. 2015.

**ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.**(2013). São Paulo: Moderna. Disponível em [www.moderna.com.br/lumis/portal/file/filedownload.jsp?fileId](http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/filedownload.jsp?fileId). Acesso em: 01 jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990, 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB.** Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.096,** de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007

BITTAR, M. (2003). **O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias.** Disponível em: [http:// www.comunitarias.org.br](http://www.comunitarias.org.br) acesso em 03 de julho de 2015.

CADERNOS DO GEA. (2013). Rio de Janeiro: FLACSO, n.3, jan.-jun. ISSN: 2317-3246. Disponível em: [www.flacso.org.br/ gea/documentos/cadernos\\_GEA/caderno\\_GEA\\_N3.pdf](http://www.flacso.org.br/gea/documentos/cadernos_GEA/caderno_GEA_N3.pdf). Acesso em: 02 jul. 2015.

FAORO, Raymundo. (1977). **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 4 ed. Porto Alegre: Globo.

FÁVERO, M<sup>a</sup> de Lourdes de Albuquerque. (2006). A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar.** Curitiba, n.28, p.17-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28> Acesso em: 03 jul. 2015.

GOMES, A.M. (2008). As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MACEDO, D.; SILVA Jr, J.R.; OLIVEIRA, J.F. (Org). **Reformas e políticas:** educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas, SP: Alínea. p.23-51.

GOMES, Joaquim Barbosa. (2003). O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E. e LOBATO, F. (Org). **Ações afirmativas:** políticas públicas contra as desigualdades raciais.







Rio de Janeiro; DP&A, p.15-57.

INEP/ MEC. Sinopses estatísticas da educação superior. Brasília: INEP, 1991-2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> Acesso em 03 jul. 2015.

LIMA, K.R.S. (2002). Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L.M.W. (Org). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 41-63.

MICHELOTTO, M.R. (2006). UFPR: Uma universidade para a classe média. In: MOROSINI, M. C. (Org.) **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília-DF: Inep, p. 73-84.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vítório. (2014). A “Lei de Cotas” e a democratização do acesso ao ensino superior: análise da experiência da UFFS. In: **ANPED SUL**, 10., 2014, Florianópolis, outubro de 2014. p. 1-20. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/679-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/679-0.pdf). Acesso em: 03 jul. 2015.

OLIVEN, Arabela Campos. (2002). Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.) **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: IESALC. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-6-2013-a-educacao-superior-no-brasil.pdf> Acesso em 02 jul. 2015.

RISTOFF, Dilvo. (2008). Educação Superior no Brasil – 10 anos pós- LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de.; MOROSINI, M. (Orgs.) **Educação Superior no Brasil – 10 anos pós – LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. p.39-50. Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/educacao-superior-brasil-10-anos.pdf> . Acesso em: 02 jul 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. (2004). **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade**. São Paulo: Cortez.

SAVIANI, D. (2007). **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados.